

2

A cidade e as transformações estruturais no país

O Rio de Janeiro em meados do oitocentos, na voz dos cronistas estrangeiros, que por seu olhar distanciado e naturalmente comparativo talvez tenham produzido as melhores descrições do ambiente carioca, era uma cidade provinciana, presa aos piores hábitos coloniais, movida por um enorme contingente de escravos negros de origem africana.¹ Como escreveu George Gardner em 1831:

Vista de bordo a cidade apresenta um aspecto imponente por sua posição e por suas numerosas igrejas caiadas de branco. Mas, olhada de perto, desvanece-se a ilusão. Quem quer que entre nessa cidade que, cintilante de longe, parece celestial, desconsolado errará em meio a tanta coisa repugnante e mesquinha.²

Diferenciava-se, entretanto, pelo assombroso panorama geográfico a ela dominante, que até hoje, apesar da insistente e insidiosa ação de parte de seus habitantes, se mantém pujante. Cidade com pouco mais de cento e cinqüenta mil habitantes³ e que, mesmo marginalmente convivendo com a revolução industrial, mantinha os hábitos vagarosos dos tempos da tração animal. É verdade que os vapores já atracavam, não em um porto, como em qualquer cidade industrialmente aparelhada,

¹ Benchimol, Jaime Larry. **Pereira Passos: Um Haussmann Tropical**, Edição da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro-1990, Rio de Janeiro, pág. 24.

²Ib., nota 6, págs. 21 a 39. Ver especialmente o 1º capítulo, A Cidade Escravista, onde o autor cita partes do diário do viajante inglês Thomas Ewbank, presente no Rio em 1846 e que pela visibilidade *fotográfica* do relato, elucida de algum modo o funcionamento da cidade, como por exemplo, à pág 31:

“Os pregões de Londres são ridicularias comparados aos da capital brasileira. Escravos de ambos os sexos apregoam suas mercadorias em todas as ruas. Verduras, flores, raízes comestíveis, ovos, todos os demais produtos rurais, bolos, tortas, doces, roscas, presunto etc. passam continuamente pelas portas das casas”. Na pág. 32 encontra-se: “Para a construção de casas não se fazem plantas nem seções transversais. Geralmente o proprietário diz ao pedreiro e ao carpinteiro que quer uma casa igual a do Sr. Fulano, porém com as janelas do Sr. Beltrano. E ainda à pág. 35: “Não há aqui esgotos nem fossas – e nem latrinas – ainda quando haja amplos pátios e quintais anexos às construções. Em partes usam-se cabungos fechados, mesmo nos subúrbios rurais. Levados à cabeça de escravos, são esvaziados em certos lugares da baía, todas as noites, de tal modo que andar pelas ruas depois das 22 horas não é seguro nem agradável”.

³ Ib., 6, pág 27.

mas ao largo ou nos trapiches existentes na orla recortada e irregular, do cais informal que se estendia do Largo da Prainha por toda a Saúde e Gamboa. ^{F7} Atracação ao largo, que significa transbordo manual da carga para embarcações de menor porte, para então sim o desembarque em terra firme, ou então atracação frontal ou lateral, acessível por meio de precários passadiços de madeira, inadequados tanto aos navios de grande calado quanto ao volume físico das cargas, progressivamente ampliado na proporção direta do crescimento do país. A descrição do Porto de Santos, de 1867, colhida por Gitahy, é por si só elucidativa, e extensível aos principais portos nacionais, inclusive o do Rio:



^{F7} O porto do Rio de Janeiro, Marc Ferrez, fotógrafo, c. 1890

(...) As embarcações de alto-mar ficavam a mais de cem metros dos velhos trapiches, ligados a eles por simples pontes de madeira onde transitavam escravos e outros trabalhadores do porto, transportando virtualmente nas costas toda as mercadorias inclusive as milhares de sacas de café que por ali eram exportadas todos os anos (...) ⁴

Trapiches de natureza simétrica ao tráfego doméstico de cabotagem, às leves embarcações à vela, mas totalmente desalinhados ao incremento comercial que a essa altura já se manifestava, premente, no momento da primeira revolução comercial internacionalizada, que vivíamos, precariamente, atrasados.⁵ A cidade, àquela altura, crescera sem ordem. Não houve planejamento. O Rio cresceu de modo aleatório, num sítio onde jamais nenhum arquiteto ou engenheiro destinaria para tal fim. Como observou Sérgio Buarque de Holanda:

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre êsse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo”— palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que “não vale a pena...”

Pode-se acrescentar que tal convicção, longe de exprimir desapêgo ou desprezo por esta vida, se prende antes a um realismo fundamental, que renuncia a transfigurar a realidade por meio de imaginações delirantes ou códigos de postura e regras formais (salvo nos casos onde essas regras já se tenham estereotipado em convenções e dispensem, assim, qualquer esforço ou artifício). Que

⁴ Para uma sùmula abrangente da questão portuária brasileira, de meados do oitocentos até 1914, ver a tese de doutoramento transformada em livro, **O Polvo e o Porto, A Cia. Docas de Santos (1888-1914)**, de Cezar Honorato, editora Hucitec e Prefeitura Municipal de Santos, 1966, São Paulo-Santos.

⁵ *Ib.*, 6, p. 219.

aceita a vida, em suma, como a vida é, sem cerimônias, sem ilusões, sem impaciências, sem malícia e, muitas vezes, sem alegria.⁶

Independente dos desdobramentos críticos da herança de Sérgio Buarque com seu texto seminal, o que importa aqui é esclarecer a fisionomia e o crescimento *espontâneo* da cidade, oposto à sujeição territorial, ou ato autoritário, *racional*, como estabelecido no caso das capitais coloniais da América espanhola. No sítio geográfico onde foi implantada a cidade do Rio de Janeiro, à parte os morros do centro, o mais eram terras baixas, alagadiças, sobre o influxo das marés, manguezais, um território, enfim, sem cota de altura suficiente para natural drenagem das águas pluviais abundantes em determinadas épocas do ano, bem como das águas servidas, de volume crescente na exata medida do crescimento da cidade. O conjunto das ruas do centro cresceu sobre o traçado impreciso, com ruas exíguas definidas pelo casario construído — como nas cidades medievais — no limite frontal dos estreitos lotes, de exagerada profundidade. Contudo, sua fisionomia, na verdade, se modificara por todo o oitocentos, devido inicialmente à vinda da família real portuguesa em 1808, das implicações diretas advindas desse fato, e do seu crescimento físico e populacional praticamente ininterrupto. Estima-se que com a família real tenham vindo, aproximadamente, 15.000 portugueses. É possível avaliar o impacto que tal contingente humano causou no *modus vivendi* da cidade com então cerca de 50.000 habitantes.⁷ Demandas de toda a ordem, do dia para a noite, se propagaram umas sobre as outras: por moradias, por serviços, alimentos, etc.

A supressão do tráfico negreiro em 1850, seguido dos decretos que culminariam com a abolição definitiva do regime escravocrata no Brasil, em 1888, que de algum modo se entrelaça com a dinamização e interesses do mercantilismo capitalista contemporâneo, trouxe para a vida urbana carioca — como, aliás, para todas as grandes cidades brasileiras — mudanças profundas. No que diz respeito diretamente à arquitetura e aos modos habitacionais urbanos durante o regime escravocrata, quem sintetizou de forma definitiva o assunto foi Lúcio Costa, no artigo *Depoimento de um Arquiteto Carioca*, de 1951:

A **máquina** brasileira de **morar**, ao tempo da Colônia e do Império, dependia dessa mistura de coisa, de bicho e de gente, que era o **escravo**. Se os casarões remanescentes do tempo antigo parecem inabitáveis devido ao desconforto, é porque o negro está ausente. Era ele que fazia a casa

⁶ Holanda, Sérgio Buarque de, **Raízes do Brasil**, Livraria José Olímpio, 1971 (1936), Rio de Janeiro, pág. 76.

⁷ *Ib.*, 6, pág. 24.

funcionar: havia negro para tudo, desde de negrinhos sempre à mão para recados, até negra velha, babá. O negro era esgoto; era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era lavador automático, abanava que nem ventilador.⁸

Outro ponto relevante no quadro das mudanças estruturais que advieram com a Abolição foi política Imperial de imigração de mão de obra européia — que na verdade já vinha sendo efetivada desde um pouco antes de meados do oitocentos —⁹, política que visava simultaneamente a reposição da força de trabalho escrava liberta, a ocupação territorial de imensas áreas despovoadas de território, a melhoria da mão de obra, tanto camponesa como manufatureira e por último, no poder de dinamização e modernização que os imigrantes com alguma formação ou poupança pudessem aplicar, seja como empreendedores, técnicos, profissionais liberais, etc. Para citar alguns dados que exemplificam a magnitude dos efeitos da imigração, no caso do crescimento populacional do Rio de Janeiro,

num total de 275.000 habitantes em 1872, 84.000 eram estrangeiros. Em 1890, a população do Distrito Federal alcançava 522.000 habitantes, aproximadamente, dos quais 124.000 eram estrangeiros, isto é, cerca de 25% da população. Os estrangeiros dedicavam-se a atividades variadas, desde o comércio de atacado e de retalho até o artesanato.¹⁰

A imigração européia gerou mudanças nos hábitos sociais, nas práticas profissionais, na organização do trabalho, e no caso específico da construção civil ocasionadas seja pela introdução de práticas construtivas diferenciadas da tradição local, seja através de novos saberes técnicos, ou na utilização de repertórios formais exóticos, caso deixemos de lado o episódio neoclássico, que destacaremos a seguir. As casas dos colonos alemães e italianos no sul do país, ou mesmo nas

⁸ Costa, Lúcio, **Lúcio Costa: Sobre Arquitetura**, Muita Construção, Alguma arquitetura e um Milagre, artigo publicado no Correio da Manhã, 15/6/51. Porto Alegre, CEUA, 1962.

⁹ Viotti, Emilia da Costa, **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**, Editorial Grijalbo, 1977, São Paulo, págs.149 e seguintes, onde, à pág 153, se lê:

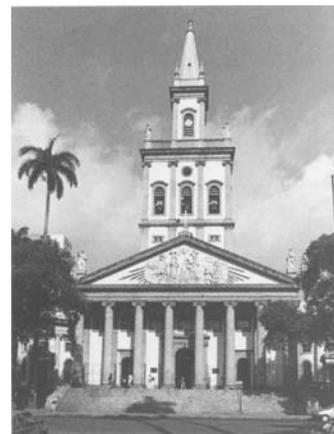
“Em 1844, Torre Homem argumentava que capitais imensos empregados em negros eram ‘sepultados debaixo da terra ou anulados pelas enfermidades e pela velhice’. Entretanto, a ‘facilidade de achar a mão essas máquinas já feitas’ impedia que se enxergasse os ‘melhoramentos introduzidos pela atividade do gênio europeu nos processos da indústria”.

¹⁰ *Ib.*, 14, pág. 195.

regiões serranas do Estado do Rio, com estrutura e fechamentos de madeira, bem como os telhados de ponto alto, coberturas com telhas de zinco, ou com lascas finas de pedra do tipo ardósia, por exemplo, eram praticamente inusitadas entre portugueses e brasileiros.

Mas será principalmente no âmbito da arquitetura urbana que a influência imigratória européia se imporá de maneira ampla e difusa, em todo o país, podendo mesmo afirmar que, neste campo, o país não seria mais o mesmo depois da imigração. Italianos principalmente, mas também ingleses, suíços, alemães e franceses serão responsáveis pela introdução de sistemas construtivos diferenciados, executados com rigor desconhecido, atuando nos projetos de arquitetura e engenharia bem como na execução e administração das obras, acompanhadas dos novos materiais industrializados que começavam a ser importados neste período, seja para fins industriais, comerciais ou nas residências burguesas, de maior ou menor dimensão. As mudanças de métodos construtivos, aliadas às dos programas, como também nos projetos, foram resultantes da ação direta de um número razoável de engenheiros, arquitetos, projetistas e instaladores que aqui se estabeleceram por todo o oitocentos, sobretudo na segunda metade e no último quarto do século. Entre os quais, a título de exemplo, podemos citar Julio Köeler, autor do plano urbanístico de Petrópolis e co-autor da igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória (1842-1872), ^{F8} de forma impensável e improvável se comparada à tradição da arquitetura religiosa citadina, ou Gustavo Waeneldt, responsável pelo projeto do atual Palácio do Catete. Basta um rápido olhar na imponente e refinada arquitetura deste palacete para colher a dimensão das mudanças construtivas e estéticas que entraram em jogo neste período, comparadas aos procedimentos anteriores. ^{F9}

A proclamação da república acabaria por concretizar as idéias de modernização que a capital do país ansiava, desde meados do século, mas prementes e já emergenciais nas últimas três décadas do oitocentos.¹¹ E não eram poucas. A necessidade de saneamento, o alargamento das vias, a construção do cais do porto, a drenagem de áreas centrais e periféricas ao centro, o combate às infecções e epidemias



^{F8} Julius Fredrich Köeller e Charles-Philippe Rivière, Igreja Matriz de N.S. Da Glória c.1862-64



^{F9} Gustav Waeneldt, Palácio do Catete c.1874

¹¹ Pereira, Sonia Gomes, **A Reforma Urbana de Pereira Passos e A Construção da Identidade Carioca**, Rio de Janeiro, UFRJ-EBA, 1998. Tese de doutorado, o livro expõe, pormenorizadamente a evolução do problemático quadro de crescimento da cidade às vésperas das reformas de Pereira Passos, mas, mais que isto, de forma abrangente, o desenvolvimento da cidade desde sua origem. Detalha toda a operação das reformas físicas da cidade, fazendo inclusive uma súmula crítica dos mais importantes trabalhos de pesquisa realizados sobre o desenvolvimento urbano e histórico do Rio, como os de Nicolau Sevcenco, Maurício de Abreu, Jaime Benchimol, de Giovanna Del Brenna, entre outros.

faziam parte, entre outras, do elenco das emergências a serem enfrentadas. Ao lado destas prioridades elementares, a reforma pretendia, como fora explicitado no *Manifesto à Nação* que Rodrigues Alves redigiu em sua posse

trazer credibilidade, investimentos e mão de obra para o Brasil, ampliando assim sua participação no mundo do moderno capitalismo internacional.¹²

Recém saído do regime monárquico, que mesmo independente, indiretamente ou subjacente ainda representava o jugo português, expulso o Imperador e sua família, a República afirmaria sua independência, física e subjetivamente — por recalque inclusive, quem sabe — destruindo o passado, sua ordem arquitetônica, o centro histórico colonial da capital, e um pouco depois o próprio morro do Castelo, marco inicial da civilização portuguesa na cidade, numa fúria operativa inaudita. Repondo instantaneamente uma nova ordem, formalizada no regime eclético, internacionalizada poderíamos afirmar, que pode ser identificada, mesmo que contradizendo em parte o que foi dito, com o pensamento de Annateresa Fabris:

Longe do Estilo porque confluência de todos os estilos ou de determinados estilemas, a atitude eclética exhibe uma relação particular com a história, pois nega a concepção burguesa de progresso, alicerçada num devir linear, irreversível, acelerado. Tendo à sua disposição o vasto repertório arquitetônico do passado, os homens de meados do século XIX escolhem tudo, incentivados por algumas atitudes artísticas recentes, que parecem vir de encontro de seu gosto pela acumulação.

Ou ainda:

A volta ao passado é, paradoxalmente, o índice da modernidade do homem eclético: os *revivals* sucessivos que propõe a si próprio não são nem conservadores nem reacionários, embora reajam contra a noção contemporânea de história. (...) Não desejam restaurar nada porque a volta ao passado não implica uma recuperação de valores, estando sujeitos, ao contrário, aos ritmos da moda, ao padrão de consumo da produção industrial, cujos novos materiais integram-se em sua arquitetura fantasiosa.¹³

¹² *Ib.*, 16, pág 145.

¹³ Fabris, Annateresa, *O Ecletismo à Luz do Modernismo*, in Fabris, Annateresa, (org.) **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**, Nobel/Edusp, 1987, São Paulo, págs 283 e 284. Note-se que a segunda parte da citação, mesmo não destacada por aspas, é referida a Giulio C. Argan. Ver nota 18, pág 293, do texto de Annateresa.

De todo o modo, no caso do Rio de Janeiro, a proclamação da República coincidiu com a necessidade urgente de reformas que restabelecessem e modernizassem um organismo agônico, que apresentava um gravíssimo quadro urbano. Afirma ainda Sonia Gomes Pereira que:

A demanda por essa modernização impõe-se de forma contundente, motivada pelo agravamento das condições urbanas: a população cresce ininterruptamente, os problemas sanitários tornam-se dramáticos, sobretudo com a frequência das epidemias, e a infra-estrutura existente não atende às necessidades de moradia, de circulação, de prestação de serviços.¹⁴

Ao lado das questões estruturalmente conexas, a Abolição, a imigração européia e a mudança do regime político, outro fator irá tornar ainda mais complexa a questão da organização urbana no final do oitocentos foi o início da industrialização, somada ao expressivo crescimento físico e demográfico da cidade. Entretanto como observou Emília Viotti da Costa:

A Abolição não é propriamente a causa da República, melhor dizer que ambas, Abolição e República, são sintomas de uma mesma realidade; ambas são repercussões, no nível institucional, de mudanças ocorridas na estrutura econômica do país que provocaram a destruição dos esquemas tradicionais.¹⁵

O impacto da criação das indústrias no país, em finais do século XIX, pode ser rapidamente avaliado pelos dados fornecidos pela historiadora:

Em pouco mais de dez anos, o número de indústrias passou de 175 em 1874, para mais de seiscentas. As indústrias tenderam a se localizar nos principais núcleos urbanos nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde a concentração de mão de obra e capitais, a existência de um mercado relativamente desenvolvido, bem como uma infra-estrutura de transportes, criavam possibilidades para o desenvolvimento de indústrias do tipo de substituição de importação.¹⁶

A produção industrial, porém, não se sustenta sem a distribuição e o consumo de larga escala. E é por conta disso que os países industrializados irão, agressivamente, disputar

¹⁴ Pereira, Sonia Gomes, Arte no Brasil no século XIX, in Oliveira, Myriam Andrade Ribeiro de (org.) **História da Arte no Brasil /** Textos de Síntese, Ufrj, [199-?]

¹⁵ *Ib.*, 14, pag 297.

¹⁶ *Ib.*, 14 ,pág. 199.

mercados, criá-los em muitos casos, em todos os quadrantes do globo. Portanto, nada mais natural que ingleses, franceses, belgas, americanos e alemães aqui aportassem com seus mais variados serviços e produtos, e não só, mas com linhas de financiamento para a realização dos negócios. Deste modo o país, de meados do oitocentos em diante, passaria a conviver, progressivamente com toda uma gama de bens de capital, máquinas e equipamentos, ferramentas, bens de consumo, e na linha direta do nosso tema, materiais para construção civil de toda ordem. São exemplos o cimento, colunas e perfis de ferro fundido, as madeiras aparelhadas, as louças sanitárias, ferragens para carpintaria, azulejos e cerâmicas vitrificadas, coletores de águas pluviais, arremates metálicos para telhados, telhas de diversos tipos, espelhos e vidros de dimensões inusitadas. Neste ponto, que coincide, *grosso modo*, com o início do período eclético da arquitetura brasileira, que Lúcio Costa num momento belicoso dirá tratar-se não de um momento histórico, mas sim de um *hiato*,¹⁷ aqui, mais uma vez, sintetiza esta passagem, num misto de surpresa e ao que parece, uma ponta de nostalgia:

Assim pois, a fôrça viva avassaladora da idade da máquina, nos seus primórdios, é que determinava o curso novo a seguir, tornando obsoleta a experiência tradicional acumulada nas lentas e penosas etapas da Colônia e do Império, a ponto de lhe apagar, em pouco tempo, até mesmo a lembrança.¹⁸

Ou entendido de outra forma, no mesmo contexto, mas tendo como referência a cidade de São Paulo, conforme Annateresa Fabris, sempre enfatizando o viés eclético da operação de modernização da virada do século:

Como afirma Luís Saia, a cidade importava tudo.— estilos, o modelo de loteamento das cidades-jardim, artesãos, estações ferroviárias, bacias sanitárias, dando vida àquele que podemos considerar um *ecletismo integral*, mais fantasioso que o europeu porque ainda mais enciclopédico e retórico.

Fruto da revolução industrial, o ecletismo denota um descompasso profundo entre a instância econômica, audaciosa e inovadora e a instância estética, prudente e prevalentemente voltada para o passado(...)¹⁹

Ainda no que tange o campo da construção civil, outro item fundamental na pauta de importação do período, ao lado dos elementos construtivos mencionados, foram as estruturas

¹⁷ **Documentos de Trabalho**, José Pessoa (org.), Edições do Patrimônio, IPHAN, 1998, Rio de Janeiro, págs 79 e 80.

¹⁸ *Ib.*, 13, Depoimento de um Arquiteto Carioca, 1951, p. 180.

¹⁹ *Ib.*, 18, pág. 283.

integrais de aço, empregadas tanto para fins estritamente funcionais como pontes, mercados, fábricas, galpões, pavilhões, estações ferroviárias — muitas vezes, dotadas de valor arquitetônico ou estético agregados — seja para a construção de arquiteturas, de teatros, de edifícios públicos e institucionais e comerciais, inclusive residências, como é a casa da família Brennand, no Recife, ainda conservada. Algumas dessas estruturas eram de enormes dimensões, bastando citar a Estação da Luz na cidade de São Paulo e o mercado central do Rio de Janeiro, **F10** para termos uma idéia da escala e complexidade das operações de importação e engenharia de montagem colocadas em operação naquele momento.²⁰



F10 Alfredo Azevedo Marques, Mercado Municipal da Praça XV, estrutura metálica inglesa e belga, com 22.500m² de área construída, c.1903

Sem esquecer as dificuldades portuárias nacionais aqui mencionadas, tendo presente que dos portos europeus, principalmente da Bélgica, França e Inglaterra, as estruturas vinham desmontadas nos porões dos navios, transferidas aos portos e daí aos locais de montagem, por trem ou tração animal. Ao lado da industrialização e da importação dos materiais industrializados, facilitada pelo incremento do tráfego naval à vapor, não devemos esquecer a importância da intensa divulgação que os fatos atinentes à construção civil, engenharia e arquitetura contemporâneas, mas não só, passam a receber através da imprensa, por meio dos mais diversos tipos de publicação. Não importa se meramente publicitárias, técnicas ou ilustrativas, ou mesmo as de caráter acadêmico, o fato é que os livros e revistas provenientes da Europa e do Estados Unidos, abundantemente ilustrados, valendo-se inclusive dos recursos disponibilizados pela fotografia — outra técnica, desenvolvida na segunda metade do oitocentos, que terá influência significativa nos modos de difusão e apreensão das arquiteturas dos diversos países — difundiram-se rapidamente no período, e através deles, simultaneamente, tomava-se conhecimento dos últimos acontecimentos deste

²⁰ Para uma visão abrangente do tema, ver Gomes da Silva, Geraldo, **Arquitetura de Ferro no Brasil**, Nobel, 1986, São Paulo.

campo no mundo. A fácil divulgação e consumo destes meios imagéticos acabarão por influenciar diretamente os produtores da construção civil, inclusive a clientela consumidora do país, que podia escolher, ao alcance da mão, no próprio *bureau*, o estilo de sua casa, loja, escritório ou indústria.²¹

A revolução industrial-burguesa, que a tudo isso precede e determina, em curso desde meados do século XVIII, acabou por trazer profundas conseqüências na *ordem* mundial, na organização interna dos países, bem como no relacionamento internacional das nações. Com o Brasil não seria diferente, obrigando-nos a sair do até então *protegido* regime patriarcal, conservador e retrógrado — concreta e simbolicamente representado pela solene figura do imperador D. Pedro II e a massa de escravos negros, jogados em qualquer lugar, que até hoje permanecem *deslocados* de alguma forma — para uma exposição e enfrentamento das forças *livres* de mercado, não mais tutelado, amparado, sujeito aos acordos políticos entre pares e patrícios, mas pelo capital internacional e sua lógica voraz. Assim, o país que até então se organizava de modo fechado, praticamente dependente das iniciativas do governo Imperial, ou de esporádicas iniciativas privadas para alavancar seu progresso material, é agressivamente pressionado por interesses capitalistas, europeus e americanos. Interesses em negócios e lucros num ambiente praticamente virgem de insumos e investimentos, tanto na área de infra-estrutura urbana, como na portuária, nos meios de transporte, como nas de produção e consumo de bens materiais, serviços e comércio.

Num primeiro momento, esta exposição e enfrentamento internacionais — desguarnecido e inferiorizado o país, muitas vezes — virá aportar os recursos necessários para o desenvolvimento da infra-estrutura, que aparentemente inexistiam, num quadro como o nosso de baixa performance de poupança interna. Podemos dar o caso do porto do Rio como um exemplo da desestruturação e penúria de meios, já que por sua natureza está diretamente ligado ao nosso tema e aos Guinle. Desde 1853 o governo Imperial se preocupava com estudos e ações para efetuar a remodelação do porto do Rio de Janeiro, de funcionamento precário, como os demais do país.²² Foram precisos praticamente 50 anos para que as obras requeridas chegassem a bom termo. Entre as primeiras medidas visando a construção do novo porto — e o exemplo do Rio pode ser estendido aos demais portos nacionais como Santos, Recife, Salvador, entre outros — entremeadas por um sem número de marchas e contramarchas, constituição de sociedades,

²¹ Benevolo, Leonardo, **História da Arquitetura Moderna**, Editorial Gustavo Gili S. A., sem referência da data de impressão, Barcelona, págs. 124 e 125, trad. para o castelhano de Mariuccia Galfetti e Juan Díaz de Atauri, do original italiano Storia dell'Architettura Moderna, 1960.

²² *Ib.*, 9, págs 56 e 57.

concessões do Estado e as respectivas caducidades, decretos, fusões e projetos, os resultados redundavam aparentemente no mesmo impasse: na falta de capitais, na ausência de interesse em aplicá-los nesta atividade, ou ainda na dificuldade dos agentes internos em estruturar parcerias com capitais externos. Diante deste quadro de constrangimentos, o porto do Rio só virá à luz, finalmente, na primeira década do novecentos, no rastro da gigantesca operação montada e executada na presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), com aporte de capitais ingleses. Um porto à altura do moderno sistema capitalista, na “emergência de um mercado mundial,”²³ inaugurado de em 20 de julho de 1910, com 2700 metros de extensão, dos 3500 projetados.

Nesse momento, passado os meados do oitocentos, as locomotivas começavam subir a serra de Petrópolis em direção ao vale do Paraíba, atrás das sacas do café e da produção industrial que se materializava nessa região, na serra petropolitana, Juiz de Fora e na zona da mata mineira. Desciam igualmente do planalto paulista para o porto de Santos, através da San Paulo Railway Co. Ltd, construída na década de 1860.²⁴ No início do surto de modernização e industrialização que irá envolver o país neste período, como consequência direta da massa de capital internacional disponibilizado a partir da primeira revolução industrial, principalmente pela Grã Bretanha e pelos Estados Unidos, o estado de São Paulo saíria na frente na remodelação do porto de Santos, visando exatamente escoar a produção cafeeira, que a esta altura deslocava-se no Vale do Paraíba, em direção às terras férteis do altiplano paulista, como também atender aos interesses de exportação dos manufaturados e bens de capital daqueles países.²⁵ E neste ponto podemos introduzir a Companhia Docas

²³ Berman, Marshall, **Tudo que é sólido desmancha no ar**, Editora Schwarcz Ltda, 2001, (1982), São Paulo, pág.89.

²⁴ *Ib.*, 9, pág. 47.

²⁵ Silva, Sergio, **Expansão Cafeeira e origens da Indústria no Brasil**, São Paulo, Alfa-Omega, 1976, págs. 49 e segs. É interessante notar que o momento em que São Paulo supera o Rio, primeiro na produção e sucessivamente na exportação do café coincidirá, grosso modo, com o início da operação do Porto de Santos, sob a vigência do contrato de concessão obtido por Gaffrée e Guinle. À pág. 49 se lê:

“O rápido crescimento da produção cafeeira nas décadas de 1871 e 1880 é acompanhado por um deslocamento do centro geográfico das plantações: durante a década de 1880 a produção de São Paulo ultrapassa a produção do Rio de Janeiro, os planaltos de São Paulo praticamente substituem o Vale do Paraíba. Em 1852-1857 o porto de Santos não escoava mais que 6% da produção nacional de café, enquanto que o Rio de Janeiro era responsável por 92% das exportações desse produto.(...) Mas a partir da década de 1870 a Província de São Paulo é de longe a principal responsável pela expansão cafeeira”.

de Santos, constituída em torno a 1888 por Candido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle, que ao construir o primeiro porto moderno do país, será uma das responsáveis diretas para a primazia das exportações de Santos sobre o Rio de Janeiro, numa tendência que se manifesta já a partir da década de 1890 e que levaria Santos, no biênio de 1902/1903, a exportar o dobro do volume do porto da capital. Note-se, entretanto que o porto do Rio estava entre os quinze maiores do mundo, sendo o terceiro no continente americano, depois de Nova York e Buenos Aires.²⁶ Serão esses dois fatores entrecruzados, a consolidação de um porto moderno e o deslocamento da produção do café para o altiplano paulista, coincidentes neste momento preciso da história, que farão a fortuna da sociedade Gaffrée-Guinle, colocando-os entre os mais ricos e bem sucedidos empresários do país e que, indiretamente, nos dará ensejo a desenvolver o tema desta dissertação.

Entre as invenções técnicas do período, que operariam de fato esta revolução, destacam-se o aproveitamento da força hidráulica e sua transformação em energia elétrica, o desenvolvimento da caldeiraria industrial, a invenção do motor à explosão, a comunicação à distância por telégrafo a cabo, logo acompanhada pela emissão de ondas sonoras para o mesmo fim, propiciando a partir daí uma cadeia de progressão ininterrupta e exponenciada de invenções que mudariam definitiva e radicalmente os modos de vida de grande parte da população mundial. A luz elétrica, a utilização da energia elétrica nos transportes urbanos, regionais e internacionais, sua utilização para o funcionamento das máquinas industriais, dos frigoríficos, na invenção dos cinematógrafos e especificamente no campo da construção civil, a invenção do elevador elétrico por Elisha Otis, por volta de 1850, irão criar padrões de civilização e conforto até àquele momento impensáveis. A perspectiva histórica facilita e falseia a análise distanciada, os sinais podem mudar de significado dependendo do seu lugar no conjunto, mas é vidente que a partir de meados do oitocentos a civilização moderna, submetida aos recursos técnicos desenvolvidos e postos em funcionamento pelas nações hegemônicas, e mesmo o processo histórico, sofreram um verdadeiro salto em distância ao futuro. Entra em jogo, exatamente a partir dos meios técnicos desenvolvidos na revolução industrial, a questão da velocidade, seja na produção como no consumo bens, no deslocamento dos bens, dos capitais, das pessoas e das comunicações entre elas.

²⁶ *Ib.*, 6, p.219.

2.1

A Arquitetura da Cidade O Neoclássico oitocentista, e a penetração do Ecletismo

O fato de maior relevância nos desdobramentos da arquitetura e das artes no Rio de Janeiro, episódio — que por sua importância e abrangência cultural em muito superou os limites historiográficos da cidade — aconteceu ainda no início do oitocentos, pouco depois do desembarque da corte de D. João VI ao Rio de Janeiro, foi a chegada, em 1816, da *Missão Artística Francesa* chefiada por Joachim Lebreton.²⁷ Tema muito estudado pela historiografia artística e arquitetônica, cabe aqui destacar o desenhista e pintor Jean-Baptiste Debret — que teve inclusive boa parte da sua produção comprada e recolhida pelo grande brasileiro que foi Raimundo Ottoni Castro Maia — autor do mais completo relato figurativo da cidade e do país naquela altura, e o arquiteto August Henri Victor Grandjean de Montigny. Grandjean que, como bem dimensionou João Kamita Masao, pode ser considerado o nosso Brunelleschi, o homem chave na desconstrução da *narração contínua*²⁸ da cidade colonial, operada através de

²⁷ Santos Paulo, **Quatro Séculos de Arquitetura**, Edição Fundação Educacional Rosemar Pimentel, 1977, Barra do Piraí, págs. 37 e seg., onde se lê:

“Particular importância para as artes e a arquitetura, teve a contratação de uma Missão de artistas franceses, chefiada por Joaquim Lebreton, entre os quais se contaram: Grandjean de Montigny (arquiteto); Nicolau Taunay (pintor); Jean Baptista Debret (pintor); Augusto Marie Taunay (escultor); Charles, Simon Pradier (gravador); Segismund Neukom (compositor), incluindo na lista de professores por Lebreton, mas que não fez parte da Missão; e, ainda, os professores de mecânica e estereotomia e os ajudantes de Grandjean e Auguste Taunay, como assim vários artífices – com todos os quais foi fundada a Escola Real de Ciências Artes e Ofícios (1816) que só começou, oficialmente, a funcionar, e com o nome de Academia Imperial de Belas Artes, em 1826, já, então, uns tendo morrido, outros, voltado para a França ou debandado. Dos artistas plásticos, só restaram Grandjean e Debret, verdadeiros iniciadores do Ensino Artístico Oficial do Brasil cujos “ateliers” já funcionavam, primeiro fora, depois dentro do edifício da Academia, durante o período da construção. Aos membros da Missão vieram juntar-se, incorporando-se à escola de renovação artística por ela iniciada, os irmãos Marc e Zéphérin Ferrez, escultores e gravadores, incluídos em 1820 entre os pensionados da Academia”.

²⁸ Expressão usada por Tafuri, em **Teorie e Storia dell’Architettura**, no seguinte contexto:

obras de feição nitidamente neoclássicas, à maneira da Academia de *Beaux-Arts* de Paris, onde se formara, tendo inclusive um *Prix-de Rome*, o de 1799, em sua bagagem. Sua obra provocou uma ruptura,²⁹ a primeira na ordem edificatória da cidade, de modos tão caracteristicamente portugueses e que, guardadas as devidas proporções, evoca as inserções clássicas, renascidas da Antigüidade no século XV, por meio das intervenções a-históricas concebidas por Brunelleschi na *narração contínua* medieval de Florença. Como esclareceu Manfredo Tafuri analisando o caso de Florença, tratou-se de uma operação de “*atualização* dos valores históricos como tradução de um tempo mítico num tempo presente, de significados arcaicos em mensagens revolucionárias, de ‘palavras’ antigas em ações civis”.³⁰ É certo que estamos a 400 anos dos acontecimentos florentinos e que o impacto da intervenção histórica brunelleschiana é de outra ordem das

“Uma delle più alte lezione dell’Umanesimo brunelleschiano è la sua nuova considerazione della città preesistente come struttura labile e disponibile, pronta a mutare il suo significato globale una volta alterato l’equilibrio della ‘narrazione continua’ românico-gotica com l’introduzione di compatti *oggetti architettonici*.”

²⁹ Czajkowski, Jorge, **A Arquitetura Racionalista e a Tradição Brasileira**, revista Gávea 10, PUC-RIO, 1984, Rio de Janeiro, págs 23 a 35. Interessante o argumento defendido pelo autor, assemelhando a corrente racionalista da arquitetura moderna com a neoclássica de um século antes, avaliadas ambas sob o regime, ou da ruptura ou do reencontro com a tradição local. Como observa Czajkowski: “(...) na verdade, a arquitetura racionalista não se constitui uma ruptura mas uma retomada da tradição brasileira. Não é de se espantar, portanto, a genealogia legitimizadora montada pelos pioneiros do racionalismo brasileiro que, com Lúcio Costa, Mário de Andrade e Rodrigo Mello de Andrade à frente, fundaram em 1937 o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Tratava-se de salvar no passado os antecedentes do que se estava propondo no presente. (...) Sob este prisma a ‘ruptura’ entre o colonial e o neoclássico também não foi propriamente, uma ruptura: foi um avanço, um passo adiante na mesma direção que mais tarde conduziria ao modernismo racionalista – a passagem da lógica do senso comum, colonial, para a lógica geométrica, do neoclássico, e para a lógica científica, no racionalismo”.

³⁰ Tafuri, Manfredo, **Teorie e Storia dell’architettura**, Laterza, 1980 (1968), Roma-Bari, págs 18 e segs.

“Dal momento in cui Brunelleschi rende istituzionale um codice linguístico e um sistema simbólico basati sul confronto soprastorico con il grande esempio dell’antichità, al momento in cui l’Alberti non si contenta più di uno storicismo mitico, e esplora razionalmente la struttura di quel codice nei suoi valori sintattici come in quelli emblematici, in tale lasso di tempo, si diceva, si brucia il primo tentativo, nella storia moderna, di *attualizzazione* dei valori storici come traduzione di um tempo mítico in um tempo presente, di significati arcaici in messaggi rivoluzionari, di “parole” antiche in azione civili”.

inserções neoclássicas no Rio, mitigada inclusive pelo tempo histórico intercorrente. Porém, o projeto de Montigny para a Praça do Comércio e a construção daquela espacialidade clássica no centro da cidade colonial tem o poder de ao menos referendar em parte a comparação.

Com a atuação de Grandjean de Montigny, a cidade sofre, por assim dizer, seu primeiro corte epistemológico, como se rompesse uma letargia secular, que se por um lado contamina sua identidade e unicidade estilísticas,³¹ de outro a aproxima das experiências formais internacionais em marcha desde a segunda metade do setecentos. A linguagem neoclássica na arquitetura, que Giulio Carlo Argan como Middleton/Watkin querem ver como um capítulo do Romantismo, natural, portanto, do oitocentos,³² tem na França alguns exemplos premonitórios já na segunda metade do seiscentos com na fachada leste do Louvre de Perrault, [F11] bem como, em meados do setecentos, a Igreja de Sainte-Geneviève de Jaques Soufflot, [F12] obras essenciais nos desdobramentos posteriores dessa corrente estilística. Um único exemplo que confirma a regra, no sentido de explicitar uma afirmativa feição neoclássica *tout court*, em finais do setecentos entre nós, talvez seja o cemitério lateral à igreja de



[F11] Claude Perrault, fachada leste do Louvre, 1667-1674.

³¹ Costa, Lúcio, **Arquitetura**, José Olympio Editora, 2002, Rio de Janeiro, págs. 59-60, onde, a propósito da aparência da cidade, se lê: “No *Mapa Arquitetural do Rio de Janeiro* dessa época, elaborado por João da Rocha Fragoso, o centro da cidade ressurgiu, figurado de corpo inteiro com as suas fachadas perfiladas ombro a ombro, casa por casa, rua por rua, a nos revelar a unidade arquitetônica e urbanística que para sempre se perdeu. Datado de 1874, sete anos antes do seu autor perder a razão — em 1881 foi ‘julgado sofrer de alienação mental incurável’ —, esse precioso documento iconográfico mostra com imorredoura precisão como era então a cidade, dando assim sobrevivência e uma razão maior, imprevista, à sua própria vida.”

³² Argan Giulio Carlo, **L’arte moderna**, Sansoni 1981 (1970) Firenze, págs 3 a 8.

“Le poetiche del “sublime” e dello *Sturm und Drang*, benché concordantemente riconosciute come pre-romantiche, indicano come supremi modelli le forme classiche e costituiscono dunque uno dei fondamenti del Neo-classicismo: gli artisti neo-classici assumono di fatto, nei confronti dell’arte classica, un atteggiamento nettamente romantico. Si può dunque affermare che il Neo-classicismo storico non è altro che una fase della concezione romantica dell’arte”.

— Middleton, Robin/Watkin, David, **Architettura dell’ottocento I**, Electa Editrice, 1980,(1977) Milano, pag 100. A respeito do monumento de Walhalla, construído entre 1830 e 1842 na Baviera sobre o projeto neoclássico de Leo von Klenze os autores afirmam:

“Di fronte a un edificio di questo genere, nello stesso tempo così classico eppure romantico, così archeologico e tuttavia tipico dell’Ottocento tedesco, ci rendiamo conto del parradosso per cui il Neoclassicismo può a giusto titolo essere visto come un aspetto del movimento romantico”.



[F12] J.G. Soufflot, Igreja Ste Geneviève, 1757-1780

Nossa Senhora do Pilar, em Salvador, como observou Mario Barata.³³ Por todo o oitocentos, mas principalmente na sua segunda metade, a arquitetura com características neoclássicas foi se afirmando no Rio de Janeiro — com interessantes manifestações em Recife, através da atuação do arquiteto francês Louis Vauthier, e também em Belém do Pará, ainda no setecentos, por conta do arquiteto italiano Antonio José Landi — precisamente nos novos edifícios institucionais como, por exemplo, a Academia Imperial de Belas Artes, **F13** o Hospício da Praia da Saudade, a Santa Casa da Misericórdia, **F14** no Calabouço, a Casa da Moeda no Campo de Santana, **F15** a Praça do Comércio, hoje Casa França-Brasil, **F16** o antigo Cassino Fluminense, hoje Automóvel Clube, no Passeio Público, bem como na reestruturação do próprio palácio Imperial da Quinta da Boa Vista, para citarmos os principais.³⁴ É claro que esse belo e apurado conjunto de edificações, do qual faz parte inclusive o Palácio Imperial de veraneio em Petrópolis, nada teve de espontâneo alinhamento a um código estilístico, sendo antes resultado de uma política Imperial de afirmação modernizadora, de atualização do próprio Estado, inaugurada prática e simbolicamente com a chegada de Lebreton e os artistas e artesãos franceses da Missão. Uma política que de certa forma traduz para a capital do Império brasileiro a estética a princípio revolucionária, mas historicamente reconhecida como estilo Império. Em oposição ao barroco e ao rococó, identificados com a Igreja Católica e com o regime monárquico deposto, o estilo neoclássico adotado pela Revolução Francesa refletia, em certa medida, a idéia pela qual

“(...) os homens da Revolução gostavam de se considerar cidadãos livres de uma Atenas ressurgida. Quando Napoleão, posando como paladino das idéias da Revolução, subiu ao poder na Europa, o estilo neoclássico de arquitetura tornou-se o estilo do Império”.³⁵

Esse conjunto neoclássico carioca, de valor ímpar entre os bens arquitetônicos nacionais, ao mesmo tempo atende e resolve com segurança e qualidade os problemas de concepção



F13 Grandjean de Montigny, Academia Imperial de Belas Artes, c.1816



F14 Jose Domingos Monteiro, Cândido Guillobel e José Maria Jacinto Rabelo, Santa Casa da Misericórdia, c.1840



F15 Teodoro Antônio de Oliveira e Antônio Francisco Guimarães Pinheiro, Casa da Moeda do Brasil, atualmente sede do Arquivo Nacional, Parca da República, 173, c.1858

³³ Barata, Mario, **Arquitetura Brasileira dos Séculos XIX e XX**, Separata de Aspectos da Formação e Evolução do Brasil, Jornal do Comércio, 1952. Ali, o contrastante impacto de duas naturezas vocabulares dessemelhantes é de tal ordem que lembram, mesmo episodicamente, as dissonâncias semânticas instauradas pela operação a-histórica iniciada por Brunelleschi na Florença quatrocentista.

³⁴ *Ib.*, 32, págs. 48 a 66. O Autor sumariza o neoclássico na cidade, cita seus principais arquitetos e engenheiros e oferece uma breve introdução histórica do estilo.

³⁵ Gombrich, Ernst H., **A História da Arte**, LTC Editora, 1999 (1950), tradução do inglês de Álvaro Cabral, pág. 480.

projetais colocados na pauta do desenvolvimento arquitetônico da cidade, no período. Assim como desenvolve os meios técnicos de modo a resolver os problemas de adequação dos novos materiais empregados. Tais procedimentos, que se desenvolveriam progressivamente até o Ecletismo, neste sentido do enfrentamento das dificuldades dos programas e das respectivas soluções técnicas compatíveis, não impediram, entretanto, que o mais alto resultado espacial do período fosse alcançado pela obra pioneira de Grandjean de Montigny, a Praça do Comércio, **F16** ainda em 1820. Ali, naquele espaço interior, que por fatalidade histórica se encontra preservado, estamos diante da mais alta sùmula, do mais cristalino resultado da cultura neoclássica da cidade, quiçá do país, expressa, ao contrário da opulência material, na economia mínima das colunas e entablamentos de madeira, quase como na origem, como que afirmando que a arquitetura é antes um culto à razão, explicitada aqui, formalmente, através do *logos* clássico.

O que está em jogo é a mudança do *status* dos procedimentos empregados na concepção e construção das arquiteturas que, a partir da instalação da Academia Imperial de Belas Artes em 1826, irá substituir progressivamente os conhecimentos empíricos e os de natureza técnico-militares, tradicionais ao regime colonial, pelos originados na Academia Francesa, estabelecidos sobre o conhecimento da história, da prática do desenho técnico, do estudo da geometria. Induzindo, como bem salientou Jorge Czajkowski, “*a passagem da lógica do senso comum colonial, para a lógica geométrica.*”³⁶ Uma operação, por fim, que modificará a arquitetura da cidade, diminuindo significativamente a distância abissal entre a nossa e aquela praticada na América e Europa, nesta época. Como exemplo dessa diferença poderíamos comparar os edifícios de Schinkel, em Berlim, c. 1820, **F17** os de Ange-Jacques Gabriel na Place de la Concorde, c.1760, **F18** em Paris. Neste momento, da segunda metade do oitocentos em diante, sob a liderança do preparado, sóbrio e erudito Montigny, bem como da geração de arquitetos brasileiros por ele formada, ou a ele contemporânea, nossa arquitetura dá um passo à frente nos limites provincianos da arcaica feição colonial.

Outra característica marcante dos edifícios neoclássicos desse conjunto que estamos examinando é a escala dos mesmos em relação à cidade. Quase todos superam em muito o Paço Imperial, até então a maior edificação civil do centro. Sintomático igualmente notar que por suas dimensões, resultado dos programas que se impunham para atender às crescentes demandas da população por serviços, a maioria desses edifícios vai ser edificada em áreas periféricas ao centro, onde podiam *respirar*, literalmente inclusive, pois tanto o



F16 Grandjean de Montigny, Praça do Comércio, c.1820



F17 Friedrich Schinkel, Altstädtr Wache, Dresden, 1830-1832



F18 Ange-Jacques Gabriel, Place de la Concorde, Paris, 1763-1767

³⁶ *Ib.*, 34, pág.34.

Hospício da Praia da Saudade como a Santa Casa da Misericórdia foram construídos a beira mar, um na então longínqua enseada da Saudade, logo após a de Botafogo, o outro na enseada de Santa Luzia, de frente para a Baía da Guanabara. Da mesma forma a Casa da Moeda, talvez o mais *clássico* entre todos, foi parar no descampado Campo de Santana, mesmo endereço do antigo Arquivo Nacional.

Seria, contudo, oportuno assinalar que o estilo neoclássico empregado na arquitetura da cidade sofreria notáveis transformações durante a segunda metade do oitocentos, evidentes se compararmos, por exemplo, o prédio da Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, originalmente Hospício Nacional dos Alienados, na Urca, obra de 1852, com a sede do Ministério da Agricultura **F19** quase ao seu lado, construído por volta de 1890. A arquitetura do fim do século ganhou volume, massa, monumentalidade, explicitação vocabular, internacionalizando-se inclusive, mas não por isso qualidade ou superioridade sobre a Reitoria, que é enformada, junto a outras arquiteturas de sua espécie — basta pensar no Palácio Imperial de Petrópolis — num neoclássico mitigado, nuançado por matizes tradicionais portuguesas³⁷. É antes resultado da mudança de escala bem como da internacionalização dos meios que se processaram na cidade nesta segunda metade do oitocentos, e que no ecletismo da virada do século, ganhará contornos ainda mais nítidos. Outro bom exemplo que explicita as modificações e os resultados alcançados pelo neoclássico no período é o Prédio da Caixa de Amortização, atual Banco Central na Av. Rio Branco, nº30, **F20** inspirado no modelo da fachada leste do Louvre de Perraut, **F11** com o sólido e alto embasamento no térreo conjugado a aérea colunata que precede a superfície planar dos dois pavimentos superiores, obra já integralmente internacionalizada e de indiscutível segurança projetual. Por outro lado todos esses edifícios têm função pública, de administração estatal, hospitalar, ou ainda de amparo à saúde



F19 Antiga sede do Ministério da Agricultura, Urca, c.1905

³⁷ Lemos, Carlos A.C., **Alvenaria Burguesa**, Nobel, 1989 (1985), págs 102 a 108. Lemos, ao analisar a arquitetura neoclássica em São Paulo utiliza o termo “nacionalista” para designar esse neoclássico nuançado pela tradição colonial portuguesa:

“Na biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP existe um álbum de fotografias tiradas por Militão, em 1860/62, em que aparecem algumas chácaras nos arrabaldes da cidade, ‘na cidade nova’, além de Santa Efigênia, cujo neoclássico poderíamos filiar à corrente, digamos “nacionalista”, emanada do Rio e também semelhante às representações formais da arquitetura da Bahia, do Recife, de São Luís e de Belém. Corrente que pouco apela, nessas versões provincianas, aos atavios meramente decorativos, concentrando-se principalmente à volumetria marcada pelo diedro das duas águas do telhado principal que é arrematado pelo grande, às vezes muito grande, frontão triangular coroado por estátuas de porcelana do Porto”.

pública, inserindo-se na nova ordem da arquitetura internacional, indicativa, como assinalou Pevsner

(...) que o centro de gravidade do Oitocentos mudou das igrejas e dos edifícios exclusivamente de representação e de luxo para obras civis que deveriam servir às necessidades quotidianas, à assistência e a cultura da população em geral.³⁸



F20 Comissão Construtora da Avenida Central, edifício sede da Caixa de Amortização c.1906

Não devemos, entretanto, descuidar a atenção do trecho da rua Direita, hoje 1º de Março, conhecido então como Carceler. **F21** Ali, por volta de 1880, uma vintena de anos antes das reformas de Passos, implantava-se o conjunto arquitetônico laico mais importante da cidade em pelo menos dois aspectos, pela dimensão mesma dos prédios e sua proximidade, e em segundo, no sentido que incorporava ao sóbrio e grave repertório neoclássico, marcado exemplarmente pelo cinza do granito carioca, um tom decorativo de extrovertida fluência, já francamente impregnado dos ares da liberdade compositiva eclética. Quer por sua magnitude quer pela qualidade das obras o conjunto arquitetônico formado pelo prédio da Bolsa, logo transformado em sede do Banco do Brasil, atual CCBB, que no 2º pavimento ostentava um conjunto de colunas livres, projetadas da massa planar da fachada, o edifício sede dos Correios, projetado por Antonio de Paula Freitas, terminado em

F21 Carceler, hoje Rua 1º de Março, foto de Marc Ferrez, c.1890



³⁸ Pevsner Nikolaus, **Storia dell'architettura Europea**, Editori Laterza, 1979, (1957) Roma-Bari, pág 259.

1877, e mais que os outros a sede do Banco do Brasil, hoje Tribunal Eleitoral, projeto de Luís Schreiner, de 1892, ^{F22} antecipava de alguma maneira o caráter do ecletismo veemente que seria adotado daí a não menos de quinze anos na arquitetura da Avenida Central. Esse conjunto, conservado embora suprimido de parte de suas características decorativas externas, enegrecido e tragicizado pela violência do trânsito de uma das mais movimentadas ruas do centro do Rio demonstra por outro lado, o grau de apuro e rigor de execução que se atingiu na cidade nos projetos de maior densidade e complexidade formais.

Deste conjunto no final da Rua 1º de Março, do qual a igreja da Candelária indiretamente participa, vale destacar o prédio do Tribunal Regional Eleitoral, francamente eclético, talvez o primeiro e mais destacado exemplo na cidade, cuja fachada, esquina com a Rua Visconde de Itaboraí, é ricamente articulada sobre modos formais barrocos, onde o corpo semicilíndrico e cupulado que articula os dois panos de fachada, ao mesmo tempo que se projeta para o exterior da rua, se esvazia de massa interior, na circularidade negativa do segundo pavimento, numa manobra de indiscutível segurança compositiva. Digno de menção é o entrelaçamento do rústico granito carioca do térreo, sulcado e tratado com o refinamento das pontas de diamante, com o mármore rosa português do pavimento áulico, utilizado como fundo para as evoluções figurativas das pilastras, frisos, entablamento, medalhões, nichos e balcões de mármore de Carrara branco.



^{F22} Luís Schreiner, Tribunal Regional Eleitoral, c.1892

2.2 A Família Guinle

Assim o Dicionário das Famílias Brasileiras apresenta a família Guinle:

Família de origem francesa estabelecida no Rio de Janeiro. Teve princípio em Pierre Guinle, que deixou geração de seu cas. com Josephine Bragaz. Foram pais de Jean Arnaud Guinle nat. do Altos-Pirineus, França, que passou às Américas, estabelecendo-se, inicialmente, no Uruguai, onde cas. em 1843, na Catedral de Montevidéu, com sua conterrânea, Josephine Désirée Bernardine Palassin, também nat. do Altos-Pirineus. **Brasil:** O referido casal emigrou, depois, para o Rio Grande do Sul, onde se estabeleceram, originando-se daí os Guinle, que hoje estão radicados no Rio de Janeiro. Entre os descendentes deste casal, cabe registrar o empresário **Eduardo Palassin Guinle** (18.03.1846, RS-10.03.1912, Rio, RJ), F23 proprietário do grande Palacete da Rua São Clemente, no bairro de Botafogo, próximo ao Colégio Santo Inácio, onde nasceram alguns dos seus filhos, e que, ainda hoje, está em mãos de um dos ramos da família: os Guinle de Paula Machado. Foi construído, segundo uns, pelo arquiteto Armando da Silva Telles (discípulo do arquiteto Adolfo Morales de Los Rios), que também participou da construção de outra propriedade da Família, hoje denominada Palácio das Laranjeiras. Segundo outros, este Palacete da São Clemente foi construído pelo arquiteto Arquimedes Memória (também discípulo de Adolfo Morales de Los Rios), que construíra outros prédios de Palassin Guinle, na Avenida Rio Branco.³⁹ Não se pode descartar a possibilidade de que este Palacete tenha sido concebido pelo Arquiteto Silva Telles e construído pelo Arquiteto Memória, proprietário de uma das principais, se não a principal construtora do Rio de Janeiro daquela época. O Palacete da São Clemente, em estilo eclético, foi construído segundo o gosto dos Castelos franceses do século XVII. Segundo algumas informações, este Palacete foi dado, por Eduardo Guinle, como presente a seu genro, Drº Lineu de Paula Machado, por ocasião do casamento deste, em 1911, com sua filha Celina Guinle. Ocorre que, segundo documentos, este prédio, por escritura de 3 de Agosto de 1908, foi transferido da propriedade de Eduardo Palassin Guinle, para a propriedade da sua filha Celina



F23 Eduardo Palassin Guinle

³⁹ Não encontramos nenhuma menção a qualquer edifício projetado ou construído por Arquimedes Memória para Eduardo P. Guinle, ou seus filhos, na Av. Rio Branco. O único episódio que envolveu os Guinle com o arquiteto, já na década de 1920, foi o projeto do Hipódromo da Gávea, conforme será relatado mais à frente.

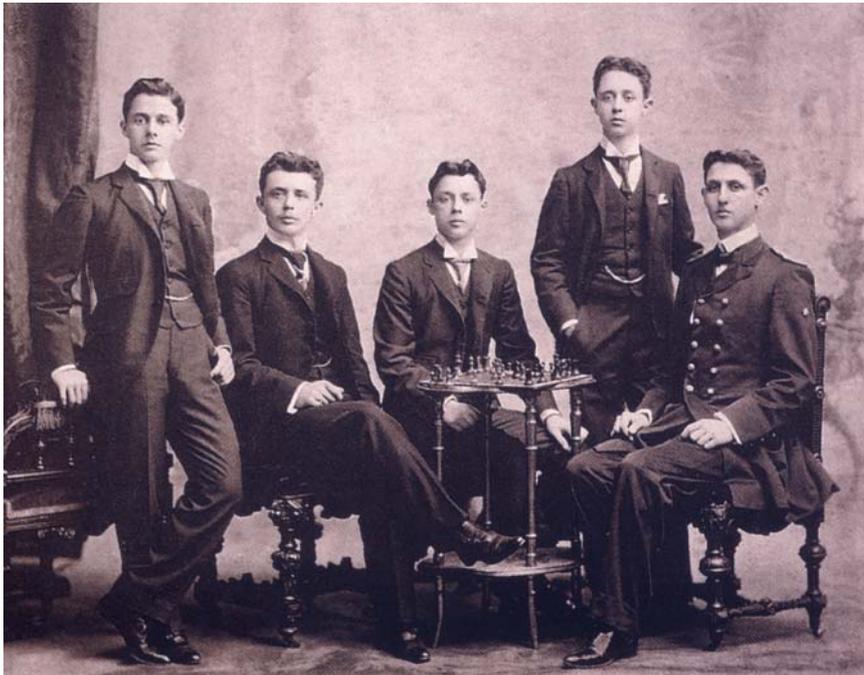
Guinle. Portanto, três anos antes da realização do casamento. Nele ficou hospedado, em 1928, o Presidente do Paraguai, Dr^o José. Goggiari, quando esteve no Rio de Janeiro, vindo de São Paulo, por via férrea. Segundo a escritura do imóvel, o terreno que abriga esta propriedade, foi adquirido em 1888 por Palassin Guinle. Estas terras pertenceram, no século XVII, ao reverendo Clemente Martins de Matos. Além deste belíssimo Palacete, o nome da família Guinle se faz presente, ainda no Rio de Janeiro, através de outros importantes logradouros públicos, entre eles: I- *Parque Guinle*- situado à Rua das Laranjeiras. Parque que circunda a residência de Eduardo Guinle (hoje Palácio Laranjeiras), construído entre 1909 e 1914, a seu pedido, seguindo projeto do Arquiteto francês Gire (o mesmo que construiu o Copacabana Palace) e o arquiteto brasileiro Armando da Silva Telles (este o autor da residência do dr. Lineu de Paula Machado). Para a decoração do “Palácio Guinle”, hoje conhecido como “Palácio Laranjeiras”, em estilo tradicional francês, modernizado, fora contratada uma equipe de pintores, escultores e estucadores, vindos de Paris, oriundos da Casa Bettenfeld; II-*Edifício Guinle*- o primeiro, em estilo moderno e em altura a ser construído na Av. Rio Branco, segundo projeto arquitetônico de Alexandre Baldassini, e cálculo estrutural do engenheiro Emílio Henrique Baungart; III- Copacabana Palace e IV- Granja Comari, Teresópolis. Eduardo Palassin Guinle deixou numerosa descendência do seu casamento, a 10.04.1875, na capela de Nosso Senhor dos Passos, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, com **Guilhermina Coutinho da Silva** (20.01.1854, Porto Alegre, RS-08.12.1925, Rio, RJ), filha legítima de Sebastião Coutinho da Silva e de D. Francisca Baptista Coutinho, neta paterna de Manuel Coutinho da Silva, natural de Portugal e de Dona Ana Maria Coutinho, natural do Rio Pardo; neta materna de João Baptista Tubino, natural de Gênova e de D. Rita Baptista Tubino. Seus filhos, Eduardo, Guilherme, Carlos, Arnaldo e Otávio, destacaram-se no meio empresarial brasileiro, com a construção de Estradas (Itaipava-Teresópolis e Rio-Teresópolis), fundação de hospitais (Gafrée-Guinle), lançamento do escotismo, abertura de bancos, ajuda a museus, incentivos ao turismo e aos esportes (campo do Fluminense F. C.), participações no Instituto do Câncer e da Lepra, na Siderúrgica Nacional, no pioneirismo da indústria hoteleira (Companhia dos Hotéis Palace), no Touring Clube, no Automóvel Clube, etc. Entre os descendentes de Eduardo Palassin Guinle e Guilhermina Coutinho da Silva, registram-se: **I** — o filho, **Eduardo Guinle** (1878-1941), Engenheiro Civil, diplomado em 1899, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro; **II** — **Guilherme Guinle** (27.01.1882, Rio, RJ- 1960, idem) Floricultor, Industrial e Engenheiro Geógrafo e Civil, diplomado em 1903 e 1905, respectivamente, pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil- atual UFRJ. Estagiou nos Estados Unidos em diversas empresas

de eletricidade. Regressando ao Brasil, fundou a Cia. Brasileira de Energia Elétrica (1907), que foi responsável pela construção das usinas de Alberto Torres, no estado do Rio de Janeiro, e Bananeiras, no estado da Bahia. Diretor da Cia. Docas de Santos, a partir de 1918-1960. Presidente do Banco Boavista S. A. Presidente da Regeneração de Óleos S.A. Presidente do Conselho da Panair do Brasil S.A. Presidente da Mesbla S.A. Em 1910, foi admitido como sócio efetivo do Jockey Club Brasileiro. Serviu os cargos de Suplente do Conselho Fiscal de 1915 a 1918 e da Diretoria de 1919 a 1920. Em 1934, dedicou-se ao problema do petróleo, apoiando Sílvio Fróes de Abreu e seus companheiros e financiando estudos e pesquisas que resultaram na descoberta do poço de Lobato em 1939. Teve atuação importante na fundação da siderurgia no Brasil, como presidente da Comissão do Plano Siderúrgico Nacional, e depois como primeiro presidente da Cia. Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda.

Dentre as suas atividades filantrópicas destaca-se a criação, em 1923, da Fundação Gafrée Guinle, além de importantes doações ao Instituto Oswaldo Cruz, Universidade Católica de Petrópolis, Santas Casas da Misericórdia do Rio e de Santos, Museu Imperial, Histórico Nacional e de Arte de São Paulo, Biblioteca Nacional e Jardim Botânico. Vice Presidente e grande Benemérito do Clube de Engenharia. A 28 de Março de 1935, foi agraciado com a dignidade de Grande Oficial da Ordem de Cristo; **III** – o filho **Carlos Guinle** (06.03.1883, Rio, RJ-1969), Engenheiro Industrial. Médico, diplomado em 1906 pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1911 foi admitido como sócio efetivo do Jockey Club Brasileiro. Em 1921, residia com sua esposa Gilda, na praia de Botafogo 228, telefone: Sul 1123. Em 1926, adquiriu, por compra, 7.200.000 m² de terras, no Município de Teresópolis, onde construiu uma granja modelo, conhecida por Granja Comary – transformada nos dias de hoje, no luxuoso bairro Carlos Guinle. Além do belíssimo parque da referida Granja, com seus lagos artificiais, jardins e belíssima mansão de recreio – mais outro Palacete - criou gado da raça “jersey” puro sangue, suínos, ovinos, aves, raposas, rãs, peixes e desenvolveu a horticultura, pomicultura e a floricultura. Em terras da Granja Comary, construiu uma represa para captar o Rio Macacu, onde instalou um gerador, a fim de fornecer energia elétrica, não só para sua propriedade, com, em certas ocasiões, para a cidade de Teresópolis. Construiu uma represa (dos Penitentes), na cota mil, que nos dias de hoje abastece o bairro Carlos Guinle. A família legou ao Município as terras que formam o bairro Carlos Guinle. O decreto nº7, de 27 de fevereiro de 1969, do então prefeito Dr. Waldir Barbosa Moreira – dezoito dias após o falecimento do Dr. Carlos Guinle – denominou-se de Bairro Carlos Guinle a Granja Comary. Por escritura de 9 de julho de 1969, o Dr. Carlos Guinle, em presença de Jorge Guinle (presidente do Consórcio Comary S.A.),

Darcy Neves Lopes, Mário Roca Freire e Rubem Santos Rocha, doou cerca de 150.000 m² de área útil da Granja, para nela ser edificada o Clube Comary, cuja sede esportiva, social e cultural foi inaugurada em janeiro de 1969 – um mês antes do falecimento do seu benfeitor. Entre outras benfeitorias realizadas por Carlos Guinle, cita-se a estrada Teresópolis-Itaipava, empreendimento por ele conseguido junto ao presidente Getúlio Vargas e ao então Ministro da Viação, José Américo. Foi o grande incentivador da estrada de rodagem Teresópolis-Rio de Janeiro, ao fundar a Sociedade dos Amigos de Teresópolis. Foi o maior doador da Fundação Teresa Cristina que originou a SUFEM. Foi o doador de terras do PNSO, do horto Municipal, além de ter colaborado com as obras do hospital São José, Educandário José de Carvalho Jannotti, da ACAT, do PR-ARTE, da Capela de Nossa Senhora de Fátima, e do Teresópolis Golf Clube (do qual foi presidente). Presidente da Companhia Internacional de Seguros, da Companhia de Planaéreos do Rio de Janeiro e da Imobiliária Civia S A. Diretor Presidente do Banco Boa Vista S.A. Diretor da Companhia Docas de Santos Diretor Presidente das Fazendas Reunidas, da Companhia Imobiliária de Fomento Agrícola Cifa, do Jardim Guinle, do Jardim Guilhermina e do Jardim Cumbica. Presidente do Fluminense Futebol Clube. Fundador das Empresas Elétricas Brasileiras. Delegado aos 2º, 3º e 4º Congressos Nacionais de Estradas de Rodagem. Presidente de Honra e Sócio Benemérito do Automóvel Clube do Brasil, tendo sido presidente (1922 e 1941-1949). Membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da Venerável Ordem Segunda dos Mínimos de São Francisco de Paula, da Irmandade de Nossa Senhora da Penha, da Irmandade de Nossa Senhora do Outeiro da Glória. Benemérito da Obra das Vocações da Diocese de Niterói e da Obra do Berço. Benemérito da The National Geographic Society. Benemérito do Aero Clube do Brasil. Comendador da Ordem da Coroa da Itália. Grande Oficial da Ordem Militar de Cristo, por decreto de 28 de março de 1935. Comendador da Ordem de São Gregório do Vaticano; **IV** – o filho, **Arnaldo Guinle** (02.03,1884, Rio, RJ –1964, idem), advogado e industrial. Bacharel em Direito, na turma de 1905, pela faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Em 1915, foi admitido como sócio efetivo do Jockey Club Brasileiro. Sócio do Iate Clube Brasileiro (do qual foi fundador). Sócio do Automóvel Club do Brasil, Sócio do Touring Clube do Brasil. Sócio do Tênis Clube. Sócio do Golf Clube da Gávea (do qual foi fundador). Patrono e Presidente do Fluminense Futebol Clube (1916-1930). Presidente da Confederação Brasileira de Desportes (CBD, 1916-1917). Foi diretor do Jardim Guinle, do Jardim Guilhermina, do Condomínio de Cumbica. Foi o idealizador do Teresópolis Golf Clube, inaugurado a 10 de janeiro de 1937. Um dos fundadores do Hospital Gaffrée e Guinle. Acionista da Companhia Docas de Santos e do Banco Boavista S.A.

Comandante da Ordem de São Leopoldo da Bélgica e Conselheiro da Legião de Honra da França; **V** — o filho, **Otávio Guinle** (1886-1968), Engenheiro Civil, Industrial no ramo da Hotelaria. Proprietário do famoso hotel “Copacabana Palace”, construído em 1917, segundo projeto do arquiteto francês Gire – também autor do Palácio da família, no atual Parque Guinle. Em 1917 foi admitido como sócio efetivo do Jockey Club Brasileiro.⁴⁰



F24 Fotografia dos 5 filhos homens de Eduardo Palassin Guinle e Guilhermina Coutinho Guinle . Da esquerda para a direita Carlos, Eduardo, Arnaldo, Otávio e Guilherme em 1899.

Alguns pontos merecem ser comentados e acrescentados nesta longa descrição da família Guinle, do Dicionário das Famílias Brasileiras. Em primeiro lugar, a destacada importância que os fatos ligados à arquitetura são relatados. Quase todos os membros da família realizaram obras que por seu valor são descritas pormenorizadamente, levando-se em conta os fins do dicionário. Valor arquitetônico que extrapola os limites da esfera familiar para atingir importância social. Haveria outra família, no Rio de Janeiro, que teve seu nome vinculado de forma tão estreita à arquitetura e de forma tão ostensiva? E que, de maneira tão singular fosse identificada com fatos que por sua vez são marcos arquitetônicos da

⁴⁰ Barata, Carlos Eduardo de Almeida / Bueno, Antonio Henrique da Cunha, **Dicionário das Famílias Brasileiras**, Íbero-America, Comunicação e Cultura S. C. Ltda., sem registro da dada de edição.

cidade? Estamos tratando inclusive da capital do país, sua cidade até então mais importante, e que só na virada do século vinte começaria a ser superada por São Paulo. Por outro lado, poderíamos especular que a atividade mais importante da família, no campo do registro histórico, talvez tenha sido, exatamente, a construção civil.

Uma segunda observação a ser feita é a exclusão das duas filhas do casal Eduardo Palassin e Guilhermina, Heloisa e Celina, esta citada de passagem, no episódio do Palacete da São Clemente. Heloisa morou a vida toda em São Paulo após casar-se com Samuel Ribeiro, conterrâneo e amigo de Cândido Gaffrée e administrador dos seus negócios em São Paulo. Por outro lado será através do casamento de Celina Guinle com Linneo de Paula Machado, em 1911, que a família Guinle permanecerá em destaque no campo empresarial, na passagem e início da segunda metade do novecentos, seja na administração das Docas de Santos, através do seu filho Cândido Guinle de Paula Machado, bem como na diversificação dos negócios do grupo, já na contagem regressiva para o término da concessão do porto de Santos que aconteceria em 1980. No campo da arquitetura, será Linneo o grande incentivador e por fim o responsável pela construção do hipódromo da Gávea, entre 1922 e 1926, que viria substituir o antigo “Prado Fluminense”, que funcionou por 58 anos, de 1868 a 1926, em São Francisco Xavier, na área do atual Estádio do Maracanã. Obra de destaque da engenharia carioca, notadamente no que se refere ao cálculo estrutural das marquises, em balanço de 22,40 metros sobre as arquibancadas, bem como nas dificuldades impostas pelas precárias características do terreno lodoso que obrigaram o cravamento de estacas até 24m. de profundidade, o Hipódromo da Gávea teve seu projeto de arquitetura elaborado por Francisque Cuchet, do escritório Memória & Cuchet. Apesar de utilizar um estilo ‘histórico’, Luís XVI, num contexto, visto do presente, aparentemente despropositado, o conjunto geral edificado composto de 4 tribunas, as edículas de apostas, o conjunto das cavalariças e demais dependências é de arquitetura proporcionada e bem definida, funcional — a melhor prova do acerto da concepção, e da exemplar correção da execução está na permanência do conjunto, praticamente sem modificações, ao longo dos seus quase 80 anos de uso — ao mesmo tempo que representativa e grandiosa. Basta imaginarmos este conjunto pronto em 1926, com sua imponente massa construída, em contraste com a Lagoa Rodrigo de Freitas, ainda em sua feição primitiva, quando nem margens delineadas possuía, e a Gávea, àquela altura arquitetonicamente definida pelos singelos sobrados, as vilas operárias, a praça e a Matriz, para colhermos a dimensão, a escala e o ineditismo da empreitada. Arquitetura de qualidade, avulta a notável contribuição do projeto de engenharia civil,

que de forma direta qualificou a arquitetura, obrigando-a assumir seu caráter pioneiro e moderno. Conforme escreveu Paulo Santos

O Prado do Jôquei Clube com suas arrojadas marquises de concreto armado engastadas na arquibancada Luiz XVI faria dizer a Frank Lloyd Wright em 1932: ‘é o futuro ancorado no passado’.⁴¹

A parte construtiva e de engenharia ficou a cargo da firma Cristiani e Nielsen, sobre a responsabilidade do engenheiro Harold Broe, tendo na figura do engenheiro Mario de Azevedo Ribeiro a chefia e coordenação geral do projeto e obra. F25 F26 F27⁴²

Um terceiro ponto a ser destacado é o envolvimento da família na fundação de alguns dos mais tradicionais clubes da cidade. Algumas das sedes desses clubes foram pólos de irradiação de uma determinada cultura arquitetônica, como, por exemplo, a do Fluminense Futebol Clube, 1917-1922, nas Laranjeiras, F28 projeto atribuído a Hipólito Pujol Jr., que com segurança e talento soube criar sobre inspiração do repertório secessão Vienense, aqui mais Wagner que Olbrich, talvez o melhor exemplo na cidade deste estilo, uma composição de indiscutível equilíbrio e apuro visual, tendo inclusive resolvido com maestria a inserção das zonas sociais com a esportiva, bem como a sede do Jockey Club Brasileiro no centro da cidade, projeto do escritório de Heitor de Melo, e o complexo do hipódromo da Gávea, a pouco mencionado. Estes dois últimos foram concebidos em estilo marcadamente clássico francês, algo entre o Luis XV e XVI, que na época, ali entre os anos dez e vinte, conferia destaque social e *status* diferenciado, representando a arquitetura da cultura internacional mais prestigiada por nossa sociedade pensante.



F25 Francisco Cuchet e Archimedes Memória, Hipódromo da Gávea, 1920-26. Na foto, Linneo de Paulo Machado e Mario de Azevedo Ribeiro durante a construção.



F26 Hipódromo da Gávea, tribuna especial



F27 Hipódromo da Gávea, tribuna de sócios

⁴¹ Ib., nota 32, pág 97

⁴² Ver a este respeito, Ribeiro, Mario de Azevedo, **Histórico da Construção do Hipódromo Brasileiro** 1920-1926, Imprensa Nacional, 1944, Rio de Janeiro. O livro, comemorativo da realização do hipódromo, escrito pelo engenheiro responsável pela coordenação dos projetos e obra, faz um levantamento completo do acontecimento, desde a permuta dos terrenos do Prado de São Francisco Xavier — onde em finais de 1940 seria edificado o maior estádio de futebol do mundo — pela área da Lagoa, na gestão do prefeito Carlos Sampaio, passando pelos projetos e a construção propriamente dita. É interessante destacar a proposta para a realização do projeto de arquitetura feita pelo arquiteto Joseph Gire, redigida em francês, ele que terá importantíssima presença em outros episódios aqui narrados, mas que neste caso acabou preterido por Cuchet e Memória.



F28

Hipólito Gustavo
Pujol Jr. Sede do
Fluminense
Futebol Clube,
c.1920.

A influência cultural da França no Brasil foi predominante desde ao menos o início do oitocentos, sendo a Missão Francesa a melhor prova de qual modelo cultural o regime de D.João VI gostaria ver implantado no país. Esta influência manifestou-se em todos os campos da arte nacional — e internacional, diga-se de passagem — no teatro, pintura, literatura e arquitetura, pelo menos até a década 1930. No nosso caso, em que boa parte da arquitetura produzida pelos Guinle, neste período, adota o ‘francês’, pensemos no Palácio das Laranjeiras ou no Copacabana Palace, estaríamos diante, portanto, das últimas manifestações relevantes do gosto francês de matriz historicista na arquitetura carioca.

Eduardo Palassin Guinle foi sócio de Cândido Gaffrée, seu conterrâneo e amigo de infância, ao longo de 41 anos, até sua morte em 1912. Guarda-livros formado chegou ao Rio de Janeiro em 1871 vindo de Porto Alegre, com 25 anos, logo associando-se à Gaffrée na casa comercial *Aux Tuileries*, na Rua da Alfândega 13, centro do Rio, “retalhista de tecidos no varejo”. Logo evoluíram para a “*compra e venda de fazendas ou qualquer outro artigo que convenha à sociedade, comprados nesta praça ou mandados vir do estrangeiro*”,⁴³ já agora como Gaffrée e Guinle e Cia. Rapidamente os negócios

⁴³ Kaltman, Hélio, **Docas de Santos** Uma Empresa Através dos Séculos, Agir, Rio de Janeiro, 2000, pág. 81 e segs.

se diversificam em novos empreendimentos, o que levará a sociedade, no início do novecentos, ou seja, trinta anos depois, a figurar entre os maiores grupos capitalistas do país, detentores do que se pode insofismavelmente afirmar um império comercial. Em 1888, quando vencem a concorrência para a construção e exploração do porto de Santos, concessão estabelecida inicialmente por quarenta anos, mas prorrogada até 1980, já teriam construído, como sub-empregados, 1500 quilômetros de ferrovias no Nordeste do país⁴⁴, e preparavam-se, assim que vencido o século, para atuar nos setores de importação e exportação, hidroeletricidade, construindo usinas nos estados do Rio, São Paulo e Bahia, transportes e infraestrutura urbana.⁴⁵

Entre os documentos do Arquivo Nacional por nós pesquisados, um deles, um impresso comercial de 1904, com timbre de Guinle & Cia Engenheiros Mecânicos Hidráulicos e Eletricistas, traz o elenco das firmas estrangeiras por ela representadas, dezenove ao todo, que vão da General Electric Co, à Eastman Kodak Company, incluindo aí fabricantes de rodas d'água e turbinas, máquinas à vapor, caldeiras à vapor, acumuladores elétricos, máquinas e ferramentas de ar comprimido, máquinas de trabalhar madeira, mobília de escritório, motores a gás e querosene, entre outros. Em outro, indica filiais em São Paulo, Porto Alegre e Salvador, e ainda noutro, de julho de 1906, é apresentada como única representante das firmas Mercedes Daimeler, automóveis, American Locomotive Co, Otis Elevator Co, The Gutta Percha and Rubber Co, artefatos de borracha, Sherwin Willians Co, tintas preparadas e vernizes, International Paper Co, papel de impressão, e Hall Signal Co, sinais para estrada de ferro. Desta forma podemos dimensionar a extensão dos negócios de importação de Eduardo Palassin Guinle na década de 1900, que iam de brocas para furar a locomotivas, de elevadores a vernizes, e por outro lado, notar a superioridade praticamente absoluta das firmas norte-americanas, intercaladas a poucas alemãs.⁴⁶

A sociedade comercial de Gaffrée e Guinle está entre os principais atores do momento de transformação das condicionantes estruturais do país, inserindo-se perfeitamente na descrição operada por Marx, no *Manifesto Comunista*, onde afirma que a “*burguesia desempenhou um papel altamente revolucionário na história*”, na medida em que eles foram “*os primeiros a mostrar do que a atividade humana é capaz*”.

⁴⁴ Ib., 9, págs. 56 e 57.

⁴⁵ Ib. 9, págs. 20 a 38.

⁴⁶ Documentos do **Arquivo Nacional**, pastas, 1/10, 4/65, 32/580, relativas à Guinle & Cia. Relativas a Eduardo P. Guinle, as pastas 5/76, 5/80, 31/529, 31/530, 31/531, 31/532, 32/579, 32/580, 34/608, 34/616, 36/ 629, 37/636 e 37/646.

Conforme a transcrição comentada de Marshall Berman, no livro *Tudo que é sólido desmancha no ar*:

No Manifesto, a idéia de Marx é que a burguesia efetivamente realizou aquilo que poetas, artistas e intelectuais modernos apenas sonharam, em termos de modernidade. Por isso a burguesia “realizou maravilhas que ultrapassam em muito as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas”; “organizou expedições que fazem esquecer todas as migrações e as cruzadas anteriores”... Marx, num parágrafo comovente e evocativo, transmite o ritmo e o drama do ativismo burguês:

“A burguesia, em seu reinado de apenas um século, gerou um poder de produção mais massivo e colossal do que todas as gerações anteriores reunidas. Submissão das forças da natureza ao homem, maquinário, aplicação da química à agricultura e à indústria, navegação a vapor, ferrovias, telegrafia elétrica, esvaziamento de continentes inteiros para o cultivo, canalização de rios, populações inteiras expulsas de seu habitat – que século, antes, pôde sequer sonhar que esse poder produtivo dormia no seio do trabalho social?”⁴⁷

Ainda citando Berman, objetivando estruturar a abrangência da atuação de Eduardo Palassin Guinle, no mesmo capítulo:

Não obstante, os burgueses se estabeleceram como a primeira classe dominante cuja autoridade se baseia não no que seus ancestrais foram, mas no que eles próprios efetivamente fazem.⁴⁸

A sociedade de Eduardo Palassin e Cândido Gaffrée é parte constituinte da cena que vê a organização e o aparelhamento da burguesia nacional, inserindo-se parcialmente na página do historiador Sergio Silva:

Para a burguesia industrial nascente, a base de apoio para o início da acumulação não é a pequena empresa industrial, mas o comércio, em particular o grande comércio cujo centro está na atividade de exportação e importação. Do mesmo modo que na exportação, a importação é controlada em parte por empresas estrangeiras. Graças às suas origens sociais, o burguês imigrante encontra facilmente um lugar no grande comércio. Ele torna-se representante de firmas e marcas estrangeiras e se encarrega da distribuição de produtos importados pelo interior do país.

Nesta época o comércio interno é em grande parte controlado pelos importadores. Dada a importância das

⁴⁷ Ib., 28, pág.91.

⁴⁸ Ib., 28, pág. 92.

importações em relação ao consumo total, as casas de importação encarregam-se não somente de comprar mercadorias estrangeiras, mas também de distribuí-las no mercado brasileiro. De modo que importação e grande comércio estão intimamente ligados.⁴⁹

Eduardo Palassin Guinle morreu em 1912, Cândido Gaffrée em 1919. Coube a Guilherme Guinle, filho do primeiro e afilhado do segundo, a responsabilidade de tomar frente e gerenciar os diversos negócios e empreendimentos da sociedade, tendo presidido as Docas de Santos de 1920 a 1960. Ao mesmo tempo em que manifestava seu espírito de empreendedor criativo, modificando e reorganizando a massa de investimentos do pai e seu sócio, Guilherme foi talvez o mais importante articulador da criação da siderurgia brasileira, atividade que culminou com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em 1946, tendo ainda participação ativa na defesa e na prospecção do petróleo no Brasil.⁵⁰ Desdobrando seu tempo com preocupações de tal relevância, Guilherme Guinle, conforme atesta sua biografia, ainda assim conseguiria criar a Fundação Gaffrée e Guinle, em 1923, obra de assistência social da maior importância na época, cuja principal tarefa e ação foi o combate à sífilis — e outras moléstias venéreas — que naqueles anos era a que

mais extensos danos causava à nossa população, pois não só encurtava a vida dos seus portadores, como transmitia, como trágica herança, à sua descendência, enfraquecendo e degenerando gerações inteiras.⁵¹

Para tanto a família Guinle, realizando o desejo testamental de Gaffrée, construirá o hospital Gaffrée e Guinle [F29] num terreno de 18.000 metros quadrados na Rua Mariz de Barros, na Tijuca, inaugurado em novembro de 1929, “*sendo o mais amplo e moderno do Rio de Janeiro àquela época*”, com área construída de 16.000 metros quadrados e capacidade de 450 leitos.⁵²

Um detalhe que revela o interesse de Guilherme pela cultura brasileira demonstrado, aliás, em diversas ocasiões, ao contrário dos irmãos que sempre construíram em ‘francês’, emerge na escolha do estilo da arquitetura do prédio, consoante com o momento cultural do país, e mesmo com a exposição do Centenário da Independência a ele praticamente

⁴⁹ Ib., 30, pág. 95.

⁵⁰ Barros, Geraldo Mendes, **Guilherme Guinle 1882-1960**, Editora Agir, 1982, Rio de Janeiro, págs. 20 a 38. Capítulos Siderurgia e a Exportação de Minério, pág., 223, Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico, pág. 234, Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, pág. 242 e Companhia Siderúrgica Nacional, pág. 257.

⁵¹ Ib., 55, págs. 146 e 150.

⁵² Ib., 55, pág. 150.

contemporânea: um sóbrio neocolonial aderente às observações feitas por Czajkowski, em artigo já citado.⁵³



F29 Porto D'Avé Haering, Hospital Gaffrée e Guinle, Rua Mariz de Barros, 775, 1923-1929

Em outro momento, decisivo na afirmação da arquitetura moderna no Rio de Janeiro, será Guilherme Guinle o primeiro empresário a concretizar uma sede bancária que assumia corajosamente padrões modernos. Com projeto de Oscar Niemeyer e inaugurada em 1946, a sede do Banco Boavista F29 F30 é concebida dentro dos postulados corbusianos que igualmente haviam formado o MES, com o qual, aliás, além de praticamente contemporâneo já que concluído em 46, se filia de diversos modos⁵⁴ Henrique Pongetti, na crônica *Sol e*

⁵³ *Ib.*, 34, pág 33, onde se lê:

“Avesso à simplicidade da arquitetura civil da colônia, o neocolonial valia-se de uma colagem indiscriminada de elementos da arquitetura religiosa barroca, interpretados, no entanto, através do *olho* eclético: medidas, proporções e composição típicas da arquitetura acadêmica do fim do século, muito diferente da escala colonial. Confundiu-se também, desde logo, com o historicismo pan-americano que atravessava as Américas a partir dos Estados Unidos, O Colonial espanhol, mais rebuscado, respondia melhor ao gosto da época que a nossa arquitetura tradicional”.

⁵⁴ A estreita relação dos dois edifícios é dada tanto pela concepção da *caixa* arquitetônica, pelo pilotis gigante, como no tipo de tratamento das fachadas, a sul totalmente envidraçada enquanto as oeste e norte são inteiramente protegidas por *brises*. E, em se tratando de Niemeyer, com uma surpreendente invenção: o fechamento perimetral do salão de atendimento público do térreo, com pé direito duplo, é totalmente enformado com tijolos de vidro, dispostos de forma sinuosa, assim analisado por Henrique Mindlin : “Les traits les plus caractéristiques de la partie intérieure de l’immeuble sont le portique, e le vigoureux traitement du mur sinueux, em brique de verre, des façades ouest et sud. Remarquable exemple de l’emploi approprié des briques de verre, ce mur est ainsi projete



F30 Oscar Niemeyer, saguão da sede do Banco Boavista

Duplicatas, escrita em 1948, colhe com perspicácia o significado do gesto arrojado de Guilherme e Niemeyer da seguinte maneira:

um banco de vidro é um chute na convenção. O Banco Boavista é todo de vidro. O sol bate nos títulos, no dinheiro, no pagador, no recebedor, no gerente. Ninguém tem medo de sol num banco moderno, instalado no edifício funcional de um arquiteto moderno.⁵⁵

Por fim não poderíamos deixar de tocar no Guilherme orquidófilo e floricultor, único título com que se apresentava no final da vida, benemérito do Jardim Botânico e do Parque da Cidade, do colecionador de arte, do enriquecedor dos nossos museus, especialmente o Museu Imperial de Petrópolis, e o Guilherme investidor na educação e cultura.⁵⁶



F31 Oscar Niemeyer, edifício sede do Banco Boavista, Praça Pio X, c.1946.

dans le but de créer une surface plus stable que celle qu'on obtiendrait par des lignes droites; non seulement il enrichit le volume intérieur et extérieur, par la diversité des effets d'éclairage, mais il permet aussi un arrangement pratique de la zone destinée au public, dans le *hall* principal de la banque.”—Mindlin, Henrique E., **L'Architecture Moderne au Brésil**, Colibris Editora Ltda, 1956, Rio de Janeiro/Amsterdam, pág 205.

⁵⁵ *Ib.*, 55, pág 98/99. No capítulo O Banqueiro Guilherme Guinle, Geraldo de Barros anota alguns comentários publicados na imprensa, sobre a nova sede do Banco Boavista, aqui selecionados e parcialmente transcritos:

‘Assis Chateaubriand assinala a unânime aceitação do novo edifício no Rio e São Paulo e afirma: “Quem não se dispuser a aceitá-lo como a mais pura e luminosa manifestação de arte de construir grandes massas, só terá um caminho a escolher: internar-se nas brenhas do caixa-pregos.”(...) “Seu contraste com os prédios vizinhos tem, sem dúvida, um sentido educativo e esclarecedor, despertando nos menos iniciados uma justa curiosidade.”’

⁵⁶ *Ib.*, 55, especialmente os capítulos, Fundação Gaffrée e Guinle, Magnificência de Guilherme Guinle, Guilherme Guinle e a Educação, Guilherme Guinle e a Natureza e Guilherme Guinle Enriquecedor dos nossos Museus.